

CIVILIZAÇÃO DA POBREZA E A NECESSIDADE DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

Rogério Baptistella*

Resumo: A crise econômica 2008 desencadeou uma série de reflexões pelo mundo inteiro. A história da humanidade registrou outras crises, mas este último acontecimento tornou-se significativo por ganhar contornos globais e gravidade como jamais registrados na história. O objetivo aqui não é abordar a crise em si, mas, sobretudo, pensar sobre a necessidade imperante de uma nova ordem econômica. Não se quer apresentar um modelo técnico de uma nova ordem mundial baseado na ciência econômica. O artigo visa analisar o significado da civilização da pobreza em Ellacuría; mostrando que a partir da crítica da civilização da riqueza da sociedade capitalista o autor propõe uma utopia/revolucionária. A abordagem dialética da relação riqueza/pobreza é fundamental e se torna possibilidade de reverter a história e conduzi-la a instâncias humanizadoras.

Palavras-chave: Civilização da Pobreza. Capital-Riqueza. Utopia. Humanização.

Civilization of Poverty and the need for a New World Order

Abstract: The economic crisis of 2008 triggered a series of reflections all over the world. The history of mankind has documented other crises, but this last event became significant by reaching a global outline and a severity degree as never recorded before in history. The objective of this paper is not to examine the crisis itself, but to think about the prevailing need for a new economic order. It does not want to present a technical model of a new world order based on economic science. The article aims to analyze the meaning of the civilization of poverty in Ellacuría, showing that from the critique of the capitalist society's civilization of wealth, the author proposes a revolutionary utopia. The dialectical approach of the relationship between wealth and poverty is fundamental, since it can become the possibility of reversing history, leading mankind to humanizing instances.

Keywords: Civilization of poverty. Capital-Wealth. Utopia. Humanization.

* Professor do Instituto Federal do Paraná – Campus Paranaguá. E-mail: r.baptistella@yahoo.com.br.

Introdução

Proponho mediante estas linhas analisar o significado da proposta utópica da civilização da pobreza que aparece pela primeira vez na edição da *Misterium Liberationis*¹ (1991), e que merece uma especial atenção neste artigo.

O lugar mais adequado para gestar a utopia da civilização da pobreza é a América Latina e para que este novo projeto seja realmente universalizável, os pobres necessariamente terão que ter um lugar central. O humanismo ellacuriano exige uma visão integral do ser humano, aberto, livre e responsável pela sua própria história. Neste sentido, O texto visa discutir o significado de civilização da pobreza em Ellacuría mostrando que a partir da crítica a civilização da riqueza da sociedade capitalista o autor propõe uma utopia/revolucionária.

Os estudiosos do pensamento ellacuriano são praticamente unânimes ao afirmar que Ellacuría não desenvolveu um conceito de civilização da pobreza. Por outro lado, em *Utopia e profetismo* (1993) oferece pistas importantes para relacionarmos a civilização da pobreza com a questão socioeconômica. A civilização da pobreza está posta por Ellacuría em contraposição a civilização da riqueza não porque queria a pauperização universal. O que se quer destacar é a relação dialética riqueza/pobreza e não a pobreza que quase sempre é um mal a ser superado.

A civilização da riqueza construiu suas bases na necessidade de acumular/capital/riqueza. A civilização da pobreza significa a negação superadora que rechaça o acúmulo do capital como motor da história. Para justificar a civilização da pobreza Ellacuría argumenta que a oferta de humanização que os países ricos apresentam para os países pobres não é universalizável porque não há recursos materiais suficientes para que todos países alcancem mesmo nível de produção e consumo e por razões ambientais.

A civilização da pobreza enquanto utopia concreta representa o desafio e a possibilidade de construir uma nova ordem mundial a partir de novos princípios. A verdadeira riqueza desta utopia são as pessoas e a satisfação das suas necessidades básicas pela via da solidariedade.

1 Uma nova civilização a civilização da pobreza

A ciência econômica moderna nasceu com um dos objetivos de administrar a escassez. Todavia não foi possível eliminar a pobreza. Talvez porque a economia tenha sido tratada

¹No artigo usaremos a edição de 1993.

simplesmente como a riqueza das nações. De um lado a economia gerou uma riqueza jamais vista, por outro, registra-se um mundo cheio de privações, opressões e persistência da pobreza, de necessidades fundamentais não satisfeitas, fomes coletivas e crônicas. Neste mesmo âmbito segue o pensamento de Sen quando diz que a economia sofreu uma mudança de foco, afastando-se do valor da liberdade para aproximar-se do valor das utilidades e das riquezas (SEN, 1999, p. 42).

O primeiro *Relatório de desenvolvimento Humano* aponta “as pessoas são a verdadeira riqueza das nações” (RDH, 1990). Os desafios da atualidade requerem uma nova postura da política e da economia para o desenvolvimento das pessoas, de modo especial, para as grandes maiorias empobrecidas.

Neste mesmo âmbito segue o pensamento de Sen quando diz que a economia sofreu uma mudança de foco, afastando-se do valor da liberdade para aproximar-se do valor das utilidades e das riquezas (SEN, 2000, p. 42). Na verdade, a economia atual sofre certo autismo e segue um modelo estandarizado, anacrônico pouco eficiente para resolver os problemas atuais, de modo especial os relacionados à pobreza. É evidente que não se trata de ser contra o mercado. Isso seria ferir aquilo que existe de mais inerente ao ser humano que é o poder de liberdade de troca, venda e compra. Não obstante, o que acontece, na realidade, é que a economia de mercado está impedindo que as pessoas tenham possibilidade de participar do mercado de trabalho.

Outro autor que chama atenção ao atual panorama econômico é Jeffrey Sachs. Ele segue praticamente a mesma linha de pensamento dos autores citados acima, a economia deve estar preocupada para eliminar a pobreza. Sachs é taxativo ao tratar da pobreza: é possível erradicá-la, indica os meios de como fazê-lo e, por fim, o que mais chama atenção, por se tratar de um economista, é a formulação de uma espécie de imperativo categórico enunciado nestes termos: “Tenho me esforçado por ter claro o que é necessário, e tenho prestado muito menos atenção ao que é ‘politicamente possível’. Quando algo é necessário, pode e deve ser possível” (SACHS, 2007, p. 163).

Se, de acordo com o Autor citado, é possível e necessário eliminar a pobreza da face da terra, cabe a pergunta: porque oito milhões de pessoas morrem pelo motivo de serem demasiado pobres para sobreviver? Porque todos os dias morrem vinte mil pessoas de fome? Porque morrem oito mil crianças, todos os dias, de malária? Porque morrem todos os dias cinco mil mães e pais de tuberculose? Porque todos os dias, morrem sete mil e quinhentos adultos de HIV? Porque morrem todos os milhares de pessoas de diarreia, problemas respiratórios e outras enfermidades causadas pela fome crônica? Isso sem contar os milhares e

milhares que morrem no anonimato porque simplesmente não constam nos registros (SEN, 2007, p. 25).

A civilização atual sustenta uma opulência jamais vista anteriormente na história. A expectativa de vida aumentou significativamente em relação ao passado. Hoje, todas as regiões da terra estão interligadas pelo comércio, comunicações, ideias, etc. Não obstante, persiste um mundo de privações, pobreza extrema, opressão, guerras, conflitos no campo e nas cidades, desigualdade, violações da liberdade, dos direitos humanos, crises ecológicas e de sustentabilidade da economia e da vida social. Estas privações deixaram de ser a chaga deste ou daquele país, visto que elas podem ser encontradas, em maior ou menor proporção, tanto em países ricos como em países pobres (MARX, 2009). Assim, tem-se a experiência de dois mundos antagônicos; *‘a melhor época da história também virou o pior dos mundos’*.

No prefácio do livro de Sachs, *El fin de pobreza cómo conseguirlo en nuestro tiempo*, Bono (vocalista da banda de rock U2) escreve que nossa geração, pela primeira vez, tem a chance de erradicar a pobreza, o comércio injusto e toda espécie de injustiça, de modo especial aquela entre os poderosos e os mais fracos do mundo (SACHS, 2007, p. 22). No livro supracitado, Sachs lança uma pergunta extremamente desafiadora e necessária: “... podem os ricos permitir-se ajudar os pobres?” (SACHS, 2007, p. 403).

Sachs é conhecido como um economista liberal, todavia não propõe o neoliberalismo como a solução para todas as mazelas do mundo. O economista faz inclusive severas críticas ao FMI, ao Banco Mundial, aos EUA e a todos os países ricos por não criarem regras mais equitativas no comércio globalizado e por pouco fazerem para eliminar a pobreza mundial.

Não há espaço aqui apresentar essa proposta. De modo sucinto, Sachs fornece alguns dados para resolver o problema da pobreza em uma entrevista concedida ao site Exame. Segundo ele, os países ricos deveriam destinar 0,7% do PIB para ajudar os países pobres. Ainda, de acordo com o economista, os países ricos produzem cerca de 35 trilhões de dólares ao ano. Significa que o mundo rico destinaria todo ano, aos países pobres, cerca de 240 bilhões de dólares.

É claro que a proposta de Sachs não se reduz simplesmente a uma ajuda financeira por parte dos países ricos. Através daquilo que ele chama de *economia clínica*, seria também necessário fazer um diagnóstico diferenciado e individualizado para cada país pobre para detectar as verdadeiras razões que impedem esses países de superarem a pobreza (SACHS, 2007, p. 121-140).

Não há dúvida de que a proposta de Sachs seja séria e bem intencionada. Sobretudo, deve-se reconhecer todo o esforço que o economista tem feito para amenizar o sofrimento humano causado pelas chagas da pobreza.

No entanto, a proposta de Sachs não é suficientemente radical, ou seja, não vai à raiz do problema. O problema da pobreza é bem mais grave e profundo. A erradicação da pobreza e outras mazelas apontadas pelo economista passam, sobretudo por uma mudança de paradigma, de modelo econômico. O modelo econômico baseado no capital, na riqueza há tempos vem apresentado sinais de esgotamento e fracasso e não pode mais servir de modelo de desenvolvimento humano e civilizatório.

Em *Utopia e profetismo* Ellacuría lança às bases de um novo humanismo cuja hipótese é possível endossar. A irrupção de um novo humanismo não pode vir de uma visão antropológica calcada na matéria-economia, seja ela de cunho monetarista-capitalista ou marxista-materialista. Uma proposta que aponte uma possibilidade de solução exige uma visão integral do ser humano, aberto, livre e responsável pela sua própria história.

Ao invés de um economicismo materialista deveria desenvolver-se um humanismo materialista que, reconhecendo, e, portanto apoiando-se na condição complexa material do homem, contenha todo tipo de solução idealista para os problemas reais do homem não seria a matéria econômica a que determinasse em última instância senão a matéria humana, complexa e aberta, que concebe o homem como sujeito limitado, mas real, e aberto para sua própria história.

Segundo Ellacuría, o atual sistema desenvolvimentista é imoral, pois a oferta de humanização e de liberdade que os países ricos prometem aos países pobres não é universal, por razões sociais e ecológicas. Se este comportamento ideal de uns poucos não pode se converter em ideal para toda humanidade, não se pode dizer que seja um comportamento ideal e moral.

No nosso caso, o ideal prático da civilização ocidental não é universalizável, nem sequer materialmente, porque não há recursos materiais suficientes na terra para que todos os países alcancem o mesmo nível de produção e consumo (...) (ELLACURÍA, 1993, p. 406).

Ademais, a atual crise do sistema econômico mundial vem demonstrando que a proposta desenvolvimentista está se tornando cada vez mais indigesta, até mesmo para os países mais desenvolvidos.

A proposta de humanização que o sistema neoliberal oferece não é universalizável, nem mesmo possível e tampouco desejável. Justamente porque seu estilo de vida não humaniza, ao contrário traz mais insegurança e medo, pois é um sistema que se move pela necessidade de dominar para não ser dominado. De modo que, com seu estilo agressivo e depredador da vida planetária, o neoliberalismo tem se mostrado uma falsa utopia.

2 Há ainda espaços para as utopias?

A expressão fim das utopias quase sempre se ancora na queda do socialismo da antiga URSS e de seus países satélites. Consequentemente, o mundo reduziu-se ao horizonte capitalista. Em termos de Fukuyama (1992) o mundo passou a ser visto sob a ótica da democracia liberal e da economia capitalista de mercado.

Literalmente, utopia significa um lugar sem chão, portanto um não-lugar, lugar nenhum, ou aquilo que não tem lugar (ALBORNOZ, 2010, p. 523). Desde Platão, com sua obra *A República*, passando por Santo Agostinho com a *Cidade de Deus*, Thomas More com a obra *Utopia*, Campanella com a obra *A Cidade do Sol* a palavra utopia traz no seu bojo certa ambiguidade que vai de um significado de algo perfeito, mas inexistente ou até mesmo de um futuro sonhado e até mesmo almejado. O chão, o lugar é somente uma promessa? Ou ela pode ser reconstruída a partir de uma realidade histórica inautêntica?

Revisitando a obra de Bloch, percebe-se que o autor descreve a possibilidade de uma utopia concreta. Isto significa que há, sim, espaço para novas alternativas e utopias. Quem lê atentamente a obra de Bloch, percebe que a utopia é algo histórico e intrínseco ao ser humano. Logo, não pode ser algo infundado, irrefletido, mas encontra seu fundamento no fato do homem constituir-se em ser inacabado, aberto.

O homem é alguém que ainda tem muito pela frente. No seu trabalho e através dele, ele é constantemente remodelado. Ele está constantemente à frente, topando com limites que já não são mais limites; tomando consciência deles, ele os ultrapassa (BLOCH, 2005. p. 243).

Por outro lado, sabe-se que as utopias não nascem por decreto, muito menos aparecem num passe de mágica. Estes sonhos devem ser acalentados, forjados. Bloch fala dos sonhos diurnos, daqueles sonhos que se sonha com os olhos bem abertos, sobretudo, com os olhos voltados ao nosso redor, sobre aquilo que nos falta. Porque um sonhador sempre quer mais. Isso impulsiona o ser humano a não se contentar com as privações. Neste sentido, o sonho e,

em especial, o coletivo permite ao homem lançar-se ao futuro em direção do que falta, mas que poderá ser suprido se, de fato, o engajamento for real.

É na esperança que Bloch vai buscar o combustível para perseguir o intento utópico. Nela que se abrem as possibilidades futuras. Mas, se o futuro é o ainda não acontecido, como não cair numa esperança ilusória? Bem recorda o pai da educação libertadora: “... pensar que a esperança sozinha transforma o mundo é atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo” (FREIRE, P. 1992, p.5). A esperança não pode se tornar uma categoria vã, uma fantasia ou ainda um conteúdo de cunho puramente psicológico. Bloch compreende a esperança em termos dialético-materialistas (BLOCH, 2005, v. 1, p. 20), uma tensão constante entre o velho e o novo, o passado e o futuro. Em termos ellacurianos trata-se de superar “os limites e os males do presente, que são limites históricos, desenha-se assim, a modo de superação, o futuro desejado” (ELLACURÍA, 1993, p. 397).

O futuro, enquanto possibilidade precisa ser atualizado pelos sujeitos históricos mediante uma práxis libertadora. Deste modo, a utopia precisa ser mediada por uma *práxis* concreta. A práxis utópica se torna desta forma “a estrada que leva ao que necessariamente se busca, e que ela seja mantida sempre em nossa direção” (BLOCH, 2005, v.1, p. 17). Nestes termos, o *topos* não é simplesmente um ideal abstrato, mas algo que se constrói mediante a atividade humana cujo horizonte é o futuro, para o que ainda-não-é.

A esperança, para Bloch não é uma categoria negativa, pois ela se manifesta no sujeito e também no ainda-não-acontecido. O ser humano, enquanto essência aberta e inconclusa, está sempre em processo, buscando antecipar o futuro. Assim, o *novum* está no horizonte e deve ser perseguido pelo sujeito “que tem esse poder-de-vir-a-ser inconcluso, esse ainda-não-estar-concluído, tanto na sua base quanto no seu horizonte” (BLOCH, 2005, v.1, p. 195).

Outra categoria fundamental para compreendermos a utopia é a possibilidade enquanto abertura do tempo que se lança no futuro. A esperança de construir uma sociedade melhor não transforma a utopia numa fantasia quimérica. O que a move não é uma possibilidade vazia e sim um possível concreto.

A utopia aparece, no pensamento de Bloch, com uma nova valoração: o utópico busca efetivamente suas forças na realidade concreta e abre-se para o futuro em direção de um mundo melhor. Nestes termos, o utópico significa algo que ainda não é, mas existe enquanto esperança, como algo que está se gestando como possibilidade no presente, o vir-a-ser é um processo que está a caminho. Bloch abre caminho para uma nova ontologia da realidade, que não se reduz somente ao passado ou ao presente. A realidade efetiva não está completamente

dada, o feito não esgota a riqueza da realidade, ela ainda está irrompendo. A utopia, nestes moldes, escapa dos reducionismos das filosofias positivista, racionalista idealista.

Na busca da realização da utopia concreta Bloch, trabalha outra categoria antropológica que move o ser humano na busca do ainda-não, o *desiderium*. Em termos blochianos, o ser humano foi feito para o desejo. Na verdade, o ser humano sem desejo é um ser humano morto. Portanto, é o desejo a categoria mais perfeita que impulsiona o ser humano na busca-do-ainda-não. Claro que o autor tem o cuidado de diferenciar o que é um desejo falso – fantasia - criada pelo mundo burguês consumista, a vitrine iluminada, os shopping Centers, os ideais publicitários do momento.

O verdadeiro desejo que ainda não foi investigado de modo suficiente e filosófico é aquele que satisfaz as necessidades básicas do ser humano e que, por hora, ainda não se cumpriu. “Desde o princípio exige-se das pessoas que se adaptem ao tamanho do cobertor e elas aprendem a fazer isso; só que os seus desejos e sonhos não obedecem” (BLOCH, 2005, v. 3, p. 451). Um sonhador sempre quer mais, ele não se deixa aprisionar na inoperância do *status quo*. A utopia, o sonho, o desejo é capaz de jogar luz sobre a realidade estabelecida, evidenciando que a realidade está inacabada, a vida ainda pode dar mais. O desejo faz o ser humano querer mais e sempre de modo melhor. Para Bloch, “o marxismo foi o único que promoveu a teoria prática de um mundo melhor, não para esquecer o mundo presente, como era comum na maioria das utopias sociais abstratas, mas para transformá-lo em termos dialético-econômicos” (BLOCH, 2005, v. 3, p. 456). Nunes Silva recorda que: “...traduzir Utopia como “nenhum lugar” ou “lugar nenhum” é uma redução equivocada, já que isso seria A-topia. O prefixo grego *ou* remete á negação, no caso do *outopos*, da utopia, negação do lugar...” (NUNES SILVA, D. C. 2011, p. 50). Significa que se pode pensar a utopia não somente como lugar de negação, mas, sobretudo, como negação do lugar. Aqui, a dialética, de acordo com Ellacuría ganha pleno sentido, não em termos lógicos e ideológicos, mas em termos concretos. Cobra pleno sentido ante uma realidade de que ela mesma é negação. É evidente que não se trata da negação da negação, mas de uma negação superadora da negação, que permite o surgimento do positivo, do novo, de uma nova realidade. A utopia concreta, em termos latino-americanos, revela uma práxis desumanizante e dominadora.

3 Uma Utopia Revolucionária e Humanista

Ellacuría começa a esboçar a necessidade de reverter a história, e lançando-a em outra direção. Esta perspectiva político-humanista significa o rechaço da civilização da riqueza, em nome de uma nova ordem mundial, que denominou de *Civilização da Pobreza*².

Porque revolucionária e humanista? Hoje a humanidade encontra-se em meio a uma crise que demonstra que tão logo não vai passar. Em meio essa crise os pobres são os que mais sofrem. Mas, os pobres, quem mesmo se interessa por eles? Como bem recorda Sobrino: os pobres não interessam aos governos, ao exército, aos ricos, as universidades e nem às igrejas (SOBRINO, 2004, p. 54). E o mais grave é que querem que os esqueçamos, porque isso sempre foi assim e nada vai mudar.

A proposta de uma civilização da pobreza é, sobretudo, revolucionária e humanista porque quer provar o contrário, ou seja, se não superarmos a pobreza, nada de importante e necessário vai mudar. Se os pobres continuarem sendo ignorados não se pode dizer que a humanidade não passa somente de uma espécie animal. Se, ao contrário, os pobres ocuparem um lugar central, então, sim, a humanidade poderá ser considerada humanizada.

A principal tese sustentada pelo autor para optar por uma nova ordem econômica é o rechaço do capital como motor da história, como princípio de humanização, em troca da satisfação das necessidades básicas e de uma maior solidariedade como fundamento da humanização.

[...] rechaçar a acumulação do capital como motor da história e a posse e desfrute da riqueza como princípio de humanização, e fazer da satisfação universal das necessidades básicas o princípio do desenvolvimento e de uma maior solidariedade compartilhada o fundamento da humanização (ELLACURÍA, 1993, p. 426).

Isto não significa fazer terra rasa do modelo civilizatório ocidental, senão que orientar o atual modelo para que seja sustentável e verdadeiramente universal. É preciso desfazer possíveis equívocos, pois a proposta de uma civilização da pobreza não significa pauperização universal, senão que, um modelo que se contraponha à civilização do capital-acúmulo. O que se quer acentuar é a relação dialética riqueza-pobreza e não a pobreza em si, o que é sempre uma desgraça. Hoje, o mundo se apresenta configurado pelo dinamismo capital-riqueza, em

2 Ellacuría utiliza o termo pobre em diversos sentidos, mas podemos destacar três principais: a) sentido negativo, pobreza enquanto privação, que fere a dignidade humana, portanto é necessário erradicá-la. b) pobreza sentido positivo há uma riqueza sim na pobreza enquanto geradora de solidariedade, engajamento e compromisso na busca de justiça social. c) Por fim, pobreza, como abertura espiritual para Deus e conselho evangélico.

contrapartida é necessário apresentar uma alternativa possível, necessária e, sobretudo universalizável. Tampouco significa aniquilação prévia nem criação de um novo mundo a partir do nada. Isso seria absurdo e impossível.

A utopia revolucionária e humanizadora propõem que o foco seja colocado não mais no acúmulo de capital e sim no trabalho. O trabalho não mais como produção de capital, e sim, como meio de humanização do homem. Ele não pode ser uma forma de escravidão ou um mecanismo de exploração, mas o meio pelo qual o homem se realiza enquanto homem. Para que o trabalho torne-se um meio de humanização do homem ele precisa garantir a satisfação das necessidades básicas superando assim, as diversas formas de alienação.

Para que esta utopia possa ganhar forma é necessário que a civilização da pobreza estabeleça uma relação de solidariedade compartilhada, capaz de superar o comportamento competitivo e individualista da civilização da riqueza. Uma solidariedade que coloque em comum a comunidade humana quanto à produção dos bens. Assim os grandes bens da natureza e os produzidos pelo homem não tem necessariamente que serem de apropriação exclusivamente privada. A via de ter muito de modo exclusivista já provou que é desumana e não universal. A civilização da pobreza propõe que todos tenham o necessário pela via da solidariedade.

Eis o desafio para a economia. A atual economia visa exclusivamente administrar a riqueza. Na nova civilização utópica, a economia está voltada ao serviço do homem. “Hoje há um clamor compartilhado que na atualidade o homem se submete a economia e não a economia ao homem” (ELLACURÍA, 1993, p. 429). Somente uma transformação radical na condução da economia capitalista poderá tornar viável um ordenamento utópico novo.

Esta utopia revolucionária e humanista denuncia que o modelo capitalista não foi capaz de satisfazer as necessidades básicas da humanidade e, sobretudo, essa civilização da riqueza sofre “um fracasso humanista e moral” (ELLACURÍA, 1993, p. 428).

Dito isso, não se trata de ressuscitar o velho socialismo histórico. A utopia se mantém sempre de forma crítica seja qual for o modelo político e econômico vigente. Por isso, não se trata de uma terceira via entre liberalismo e coletivismo. Esta nova civilização da pobreza “está fundada em um humanismo materialista” (ELLACURÍA, 1993, p. 426).

Pode-se dizer que a visão bíblico- cristã na qual a pobreza tem um sentido positivo, ou seja, há, sim, uma riqueza na pobreza e, por outro lado, na riqueza há uma pobreza que poderá levar a destruição. A pobreza, nestes moldes, devidamente historicizada como a satisfação das necessidades básicas não somente libera o homem de uma situação

desumanizante gerada pela civilização da riqueza como pode levar sim a uma humanização integral.

Esta nova civilização da pobreza que se desenha no horizonte utópico busca, portanto, superar os reducionismos políticos e econômicos dos respectivos modelos capitalista liberal e coletivista marxista. Finalmente, é importante destacar que, além de uma nova ordem econômica, é necessário um novo sistema socio-político, porque, na verdade, sem o poder político a história não avança. Esta frente de poder político não significa a busca do poder. A prioridade está em organizar os movimentos, as maiorias populares com o intuito de torná-las cada vez mais o sujeito da história. Daí a necessidade de dar “mais peso ao social que ao político, [...]”. A dimensão social deve predominar sobre a dimensão política, mas não substituí-la” (ELLACURÍA, 1993, p. 432). A história, na perspectiva ellacuriana, exige uma leitura fático-real com o objetivo de orientar os movimentos e grupos emancipatórios, sobretudo, para que busquem ser sujeitos da práxis histórica e política.

A proposta ellacuriana também não se confunde com a proposta da Ética do Discurso de Apel (GONZÁLEZ, 1997, p. 419), embora Apel e Ellacuría façam observações semelhantes ao constatar que a forma de vida ocidental não é universalizável. Para o autor da Ética do Discurso, os pobres não deveriam imitar a forma de vida da Europa e dos Estados Unidos, mas buscar um caminho independente de humanização, sem colocar em risco a vida do planeta. Ellacuría, por sua vez, entende que o problema está no modelo de vida ocidental e não simplesmente no fato de os povos pobres mudarem suas pretensões, mas juntos, ricos e pobres criar uma nova civilização onde haja vida para todos.

O ocidente propõe como utopia a civilização da riqueza, mas isso não é possível, pois a imensa massa dos pobres aumentou. Portanto, nem civilizou nem humanizou, pelo contrário, constituiu-se em uma civilização inumana.

Neste sentido, a proposta de uma civilização da pobreza representa um caráter utópico, um começar de novo, a partir das maiorias populares. “Uma utopia que seja universalizável historicamente [...] onde os pobres tenham um lugar determinante” (ELLACURÍA, 1993, p. 414). É chegada a hora de construir uma nova civilização mundial não mais estruturada aos moldes e leis do capital. A proposta de uma civilização da pobreza não é um princípio de uniformização, nem sequer uniformização imposta a partir de um grupo de países ricos a um grupo de países pobres e subalternos. A universalização deve partir das maiorias populares empobrecidas que devem ser o sujeito ativo da história. Esta nova civilização remete, portanto, a uma nova ordem social que possibilite às maiorias populares a capacidade de se tornarem sujeitos da própria história.

Esse horizonte utópico ellacuriano não está inserido em utopismos que, ao longo da história, se mostraram totalitários, sejam eles estatais ou de mercado. A utopia ellacuriana não se ancora no modelo clássico de utopia, tem os matizes da visão blochiana. Ela não tira forças de uma perfeição futura prevista e descrita a partir de um *topos ideal*, mas da dor presente, do sofrimento do passado e das injustiças do presente. Trata-se, portanto, de uma utopia realista e não idealista, não abstrata, mas que mergulha no mais profundo da realidade. A utopia se torna o motor que impulsiona as maiorias populares, a humanidade numa busca permanente de humanização.

Embora a utopia permaneça como horizonte, portanto, não plenamente realizável na história, nem por isso deixa de ser uma instância animadora da construção histórica. “Se não fosse de nenhum modo realizável, correria o perigo quase insuperável de converter-se em ópio evasivo” (ELLACURÍA, 1993, p. 397). A utopia ellacuriana assenta suas bases na utopia cristã; por isto mesmo tem um caráter transcendente e irrealizável historicamente. Mas, no que tange ao aspecto realizável esta utopia exige mediações e práticas históricas. Dado que os limites e as carências são históricas, é possível desenhar-se um horizonte de superação onde dialeticamente a negação abstrata e evasiva seja superada pelo compromisso histórico.

Conclusão

A utopia é uma categoria necessária não somente para o pensamento crítico, mas, sobretudo, para o homem e para a humanidade. A utopia emancipatória ellacuriana requer o real, um lugar concreto, visto que ela não combina com idealismos abstratos que ameaçariam em transformá-la em distopia. A utopia concreta não extrai suas forças de um ideal abstrato, nem mesmo de um futuro perfeito, mas da realidade histórica, dos pobres, as maiorias populares oprimidas. Os pobres são, hoje, as maiorias da população. Nenhum projeto emancipatório pode ser considerado humano se não tiver em conta essas massas empobrecidas. A proposta de uma maior humanização está vinculada à *realidade histórica*, portanto, às possibilidades de humanização não são de cunho especulativo, antes de caráter empírico radicadas na realidade intramundana.

Para não cair na inumanidade, Ellacuría estava convencido que se fazia necessário *reverter a história dar uma nova direção*. A civilização da riqueza não humaniza, nem é universalizável, portanto não é uma proposta ética. A civilização da riqueza já deu tudo de si e agora apresenta sinais visíveis de esgotamento. A civilização da riqueza parece revelar traços doentios tais como: pobreza extrema, opressão, guerras, conflitos no campo e na

cidade, violações da liberdade e dos direitos humanos, crises ecológicas e de sustentabilidade social e econômica. Para evitar um desenlace fatídico, faz-se necessário reverter à história criando as possibilidades de um novo humanismo. Não mais calcado na riqueza/acúmulo, mas um humanismo materialista que vise suprir as necessidades básicas, que coloquem no centro a dignidade humana e a solidariedade como fundamento da humanização.

O lugar mais adequado para gestar a utopia da civilização da pobreza é a América Latina e para que este novo projeto seja realmente universalizável, os pobres necessariamente terão que ter um lugar central. O humanismo ellacuriano exige uma visão integral do ser humano, aberto, livre e responsável pela sua própria história.

Referências

ALBORNOZ, Suzana Guerra. Ernest Bloch e a Felicidade Prometida. **Revista Possibilidades**. Anápolis. Ano 2, n.5 jul./set. de 2005, p. 5-9.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança**. v. 1. Tradução de Nélío Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ELLACURÍA, Ignacio. Utopía y profetismo. In: **Mysterium liberaciones**. Conceptos fundamentales de la teología de la liberación. San Salvador: UCA editores, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GONZÁLEZ, Antonio. Fundamentos filosóficos de una civilización de la pobreza. **Revista Estudios Centroamericanos** (ECA), n. 583, 1997.

MARX, Reinhard. **Il Capitale uma critica Cristiana alle ragioni del mercato**. Traduzione di Chicca Galli. Milano: Rizzoli, 2009.

NUNES SILVA, Diogo Cesar. A utopia consciência subversiva. **Revista Espaço Acadêmico**. Rio de Janeiro, n.116, ano X, 2011.

POPPER, Karl Raimund. **Sociedade aberta e seus inimigos**. Tradução Milton Amado. 3. ed. v.1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SOBRINO, John. **Cartas a Ellacuría 1989-2004**. Madrid: Editorial Trotta, 2004.